

Se há algo que o Brasil pode fazer é crescer — e muito *Economia* *Brasil*

GAZETA MERCANTIL

9 OUT 1986

Henrique Pedro David
de Sanson (*)

É o Banco Mundial que nos classifica como a décima economia mundial (oitava do mundo ocidental), com um PIB de US\$ 227 bilhões e renda "per capita" de US\$ 1.870, em 1983. Caminhamos muito, pois na previsão de um famoso futurologista nos anos 60, Herman Kahn, o Brasil só chegaria a US\$ 1.000 "per capita" no fim do século. Mas, com exceção da China, as outras oito nações à nossa frente têm uma renda "per capita" acima de US\$ 10 mil. O nosso índice médio também não exprime uma realidade. Se no Centro-Sul existem algumas faixas superiores a US\$ 5 mil, na grande maioria ele se iguala ao dos países mais subdesenvolvidos. Como o Brasil tem uma economia invisível presumível de 30 a 40%, o índice acima citado passaria a ser de US\$ 2.300 a US\$ 2.500; dobrá-lo (US\$ 4.500 a US\$ 5.000) até o fim do século será construir um outro Brasil neste período, meta ainda muito modesta; em 1983, os EUA aumentaram seu PIB em US\$ 369 bilhões, ou bem mais que o nosso atual. Mas podemos alcançá-la se continuarmos a crescer 6 a 7% ao ano, como vimos fazendo atualmente.



A inflação era um tumor a destruir o espírito de iniciativa; só se pensava em ganhos financeiros. O Plano Cruzado veio eliminá-lo. A cicatrização é dolorosa e sujeita a muitos acertos, mas a ferida está sarando melhor do que se podia esperar. O aumento da demanda depois do Plano não é um aquecimento da economia que deverá rapidamente arrefecer, ou ser arrefecido. A reposição do valor do dinheiro, os melhores salários e aumento do número de empregos são uma decorrência desse Plano. E o País tem todo um mercado interno a conquistar com a integração dos milhões ainda marginalizados.

Estamos todos, governo e povo, numa encruzilhada. Os sacrifícios para sair de uma economia agrícola e quase colonial e atingir um estágio intermediário entre nação industrializada e país subdesenvolvido fo-

ram muito grandes. Não podemos voltar a ser uma nação do Terceiro Mundo. Temos de romper as últimas amarras e nos incorporar definitivamente aos países desenvolvidos. Mas, para absorver o 1,5 milhão de jovens que afluem cada ano ao mercado de trabalho, é urgente criar novos empregos. Estes, por sua vez, induzem a um poder aquisitivo que exige maior demanda do mercado. O parque manufatureiro terá de se expandir para fazer face a isso. Ele ainda está indeciso, mas já toma consciência deste fato. A capacidade ociosa resultante da recessão deixou de existir em muitos setores, mas uns pensam apenas em melhorar sua produtividade adquirindo algum equipamento, outros trabalhando em mais turnos. A escassez de matéria-prima ou de produtos, em alguns casos, é interpretada como uma retração de oferta, quando na realidade é falta de mercadoria para abastecer um mercado em expansão.

Temos é que reprogramar toda a nossa estrutura. O governo, dentro de suas metas sociais, que são prioritárias, mas, também, cuidando de energia, comunicações e transportes; e já compreendeu isso. E nós, particulares, da produção.

Se a indústria não crescer, o resto não cresce; o

comércio fica sem mercadorias disponíveis e a agricultura sem insumos básicos e implementos. Mas o País está estruturado para esse crescimento e a indústria de bens de capital sob encomenda está suficientemente aparelhada para fornecer todo tipo de instalação industrial. As matérias-primas essenciais já as temos. Mas há investimentos que requerem um tempo maior de maturação, com a fase de projeto, construção civil, etc., e devem ser ativados para não criar lacunas no abastecimento e prejudicar a exportação.

O arrefecimento da inflação com o crescimento do mercado e com o déficit governamental é relativo. Para o primeiro caso, a produção interna não poderá de início fazer face sozinha à demanda crescente. Há que importar, e o Brasil já tem estrutura para concorrer com os produtos estrangeiros, e a regulamentação entre a oferta e procura será feita automaticamente. O déficit governamental e o de suas estatais têm de ser analisados sob dois prismas. Há ainda um forte contingente provocado pelos subsídios e preços fora da realidade de mercado, principalmente nas estatais. Quanto à reforma administrativa, ela é absolutamente necessária para

melhorar a eficiência do serviço público. Mas pensar que isso possa resultar em economia de gastos é utopia. Dobrando o nosso PIB, automaticamente a arrecadação governamental dobrará. Numa economia florescente a demanda da mão-de-obra no mercado livre arrefecerá o interesse pelos cargos públicos.

A valorização do homem brasileiro e sua integração na vida do País é uma necessidade inadiável. Mas absorver a população marginalizada sem resolver, além do problema da educação e saúde, o problema da alimentação é impossível; é uma questão de sobrevivência. Em todas as nações desenvolvidas a população agrícola é infima. Nos EUA, não chega a 5%, e eles são os maiores produtores de alimentos baratos. O seu governo adota uma política de manutenção de preços mínimos, subsidia em alguns casos e mantém estoques reguladores.

Uma agricultura eficiente requer técnicas e equipamentos sofisticados e um grande preparo do agricultor; pequenos proprietários com capital e tecnologia podem ter sucesso. Mas uma população analfabeta e despreparada, o que irá fazer com pequenas glebas? Tínhamos, há cinqüenta anos, 80% da população na

agricultura e 20% nas cidades. Hoje essa situação inverteu-se, com tendência a agravar-se. Este não é só um problema brasileiro. A fuga dessa população, sem aptidões, para as cidades que se industrializam é um problema universal. Aqui os primeiros pólos de atração foram Rio e São Paulo, depois as capitais dos estados. Localizá-la também nas cidades menores é indispensável. No Sul este fenômeno já existe, mas nos estados mais pobres, onde a fuga do campo é maior, estas cidades não possuem infra-estrutura, transportes, energia, etc., para absorvê-la. Há que pensar na desconcentração industrial e permitir que esses pequenos centros se desenvolvam. Uma oportunidade poderia ser pela agro-indústria, setor em que ainda estamos atrasados e safras inteiras nesses lugares são perdidas por falta de condições de armazenamento ou por preços vis ao produtor.

O desafio do Brasil no cenário internacional é equacionar bem a sua dívida externa. A comunidade das nações já admite que temos potencialidade para isso. Uma revista, insuspeita de preferências no mundo dos negócios, a Business Week, num artigo de capa dedicado ao Brasil, diz textualmente: "Booming Bra-

zil — A história de um sucesso no Terceiro Mundo — crescimento rápido, dívida administrável e a oportunidade de se tornar uma potência industrial mundial" (tradução textual). Basta de pessimismos e descencas; chegou a hora de pensarmos grande e levar o País à posição de destaque que ele merece. Uma nação que em tempo de crise tem a capacidade de obter em anos sucessivos um grande saldo em sua balança comercial (o terceiro do mundo, após Japão e Alemanha) e continuar a crescer na sua economia sem afetar o seu atual padrão de vida é realmente uma nação muito forte.

Há apenas que corrigir certos desvios na nossa economia, e todos já sabemos quais.

Da parte do governo, voltar sua atenção para o problema social, nova equação da dívida externa, menos interferência na economia privada, maior apoio à agricultura; e quanto a nós, povo brasileiro, pensar grande, pensar em produzir, e não em lucros financeiros fáceis, deformação criada pela inflação. Basta isso e ficaremos muito surpresos com o deslumbrante resultado.

(*) Vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.